



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATU SENSU)
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

KALIANE FARIAS MONTEIRO

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PARADIGMA DA SOCIEDADE COMO
UMA NECESSIDADE EMERGENTE – A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES
DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JERÔNIMO NETO DE PAULISTA - PB

PATOS – PB

2014

KALIANE FARIAS MONTEIRO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PARADIGMA DA SOCIEDADE COMO
UMA NECESSIDADE EMERGENTE – A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES
DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JERÔNIMO NETO DE PAULISTA - PB**

Trabalho de conclusão de curso- Artigo Científico- apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, ministrado pela Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Djane de Fátima Oliveira

PATOS – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M775e Monteiro, Kaliane de Farias

A educação inclusiva [manuscrito] : um paradigma da sociedade como uma necessidade emergente a concepção dos docentes da Escola Municipal José Jerônimo Neto de Paulista - PB / Kaliane De Farias Monteiro. - 2014.

42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Fundamentos da Educação: Prát. Pedag. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Djane de Fátima Oliveira, Química".

1. Educação inclusiva. 2. Políticas Públicas. 3. Educação especial. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

KALIANE DE FARIAS MONTEIRO

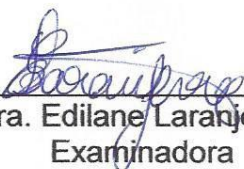
**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PARADIGMA DA SOCIEDADE COMO UMA
NECESSIDADE EMERGENTE – A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA
MUNICIPAL JOSÉ JERÔNIMO NETO DE PAULISTA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado a Universidade Estadual da
Paraíba em cumprimento à exigência para
obtenção de especialista em Práticas
Pedagógicas Interdisciplinares em convênio
com a Escola de Serviço Público do Estado da
Paraíba.

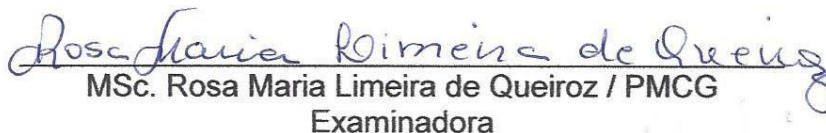
Aprovada em 19 / 07 / 2014



Prof. Dra. Djanete de Fátima Oliveira / UEPB
Orientadora



Prof. Dra. Edilane Laranjeira / UEPB
Examinadora



MSc. Rosa Maria Limeira de Queiroz / PMCG
Examinadora

Dedico esse trabalho a minha amiga Rosemere que me incentivou e não me deixou desistir desse curso.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Djane Fátima de Oliveira, agradeço.

“Se você acha a educação cara, ainda não viu o preço de ser ignorante”.

(Autor desconhecido)

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PARADIGMA DA SOCIEDADE COMO UMA NECESSIDADE EMERGENTE – A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JERÔNIMO NETO DE PAULISTA - PB

RESUMO

O processo da inclusão de deficientes nas escolas regulares tem gerado contribuições e consequências para a atuação do professor. Uma das consequências é que a falta de preparo dos professores tem causado um esgotamento de energia, pois não sabem como atuar e acabam esforçando-se demasiadamente nas atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula. O presente artigo tem como objetivo principal analisar a percepção dos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Jerônimo Neto de Paulista– PB sobre a importância da Educação Inclusiva (EI) dentro do currículo escolar. Assim, realizou um estudo de campo e de caso, através da aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas sobre a temática em estudo. A pesquisa revelou que os professores assumem não estarem preparados para a demanda da EI, bem como declaram que necessitam de capacitações e de uma formação continuada para assegurar o aprendizado aos alunos demandantes desse processo. E que a EI deveria fazer parte do currículo escolar. Entretanto, para que isso seja possível é preciso à criação e implementação de políticas públicas de Educação Inclusiva.

Palavras chaves: Educação Inclusiva, Políticas Públicas, Professores

ABSTRACT

The process of inclusion of disabled people in mainstream schools has generated contributions and implications for teacher performance. One consequence is that the lack of preparation of teachers has caused a depletion of energy, they do not know how to act and end up struggling too in activities inside and outside the classroom. This article aims at analyzing the perception of teachers statewide Municipal elementary School José Jerônimo Neto of Paulisa - PB on the importance of Inclusive Education (IE) in the school curriculum. So, conducted a field study and case, through a questionnaire with objective and subjective questions on the topic under study. The research revealed that teachers assume they were not prepared for the demand of EI, as well as state that require training and continuous training to ensure student learning plaintiffs in this process. And that EI should be part of the school curriculum. However, for this to be possible, the creation and implementation of public policies on Inclusive Education.

Keywords: Inclusive Education, Public Policies, Teachers

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – BREVE RELATO	10
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO NECESSIDADE EMERGENTE – E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	14
4 MATERIAIS E MÉTODOS	
4.1 Tipo de pesquisa	19
4.2 Participantes do estudo.....	20
4.3 Local e Período.....	20
4.4 Método de coleta dos dados.....	21
4.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	
4.5 1 Identificação dos entrevistados	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34
ANEXOS.	36

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, em várias partes do mundo, busca-se combater a exclusão social. Uma das alternativas é a busca de uma educação inclusiva, a qual procura atender a toda e qualquer diversidade, seja de etnia, classe social, gênero, religião, idade e das pessoas com deficiência, objeto de nosso estudo, em prol de uma sociedade mais justa e solidária. O universo dessas pessoas com alguma deficiência é cercado por discriminações, criando inúmeras barreiras em seu cotidiano, sobretudo no âmbito escolar, contribuindo até para uma queda no rendimento do aluno. Sendo assim, para abordar a inclusão escolar, faz-se necessário aprofundarmos a questão da discriminação, dos preconceitos e das estigmatizações presentes na sociedade.

A inclusão escolar se contrapõe à exclusão escolar e tem representado o espaço comum daqueles que se dedicam à de pessoas com necessidades educacionais especiais, aparece no centro de todas as discussões acerca da significação de ser deficiente. Visto que, os termos e expressões empregados pela educação especial para designar tais pessoas, comumente tem gerado inúmeras ambiguidades e distorções no entendimento e na aplicação de seus significados.

O critério no emprego do referido termo não configuram preciosismo linguístico, mas uma necessidade que se impõe para a remoção de barreiras, decorrentes de juízos equivocados sobre a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais e o respeito às diferenças. Trabalhar esta questão é um desafio para o nosso tempo, bem como para toda a comunidade escolar.

A escolha de abordar essa temática se deu mediante o anseio de promover uma reflexão sobre o processo em trabalhar a educação inclusiva no currículo escolar. Uma vez que é de fundamental importância a implementação de trabalhos e políticas dentro do contexto escolar, no que concerne a educação inclusiva, haja vista que cada dia mais, surge a necessidade do docente estar preparado a trabalhar no currículo educacional o processo de inclusão em suas diversas formas.

Assim surge o questionamento que servirá de base para toda a pesquisa. Qual a visão dos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental “José

Jerônimo Neto de Paulista – PB sobre a importância da Educação Inclusiva, dentro do contexto educacional? Diante desse questionamento objetiva-se com esse estudo promover uma reflexão sobre a importância da educação inclusiva e suas contribuições no currículo escolar.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a importância da educação inclusiva no contexto escolar, contextualizando a educação inclusiva, além de evidenciar a sua importância e execução do seu papel nas ações que decidem o desenvolvimento da mesma. A participação de todos os docentes é de extrema importância, pois só assim seguimos o rumo a uma educação mais significativa, na qual o foco está em adquirir bons resultados a partir de uma educação inclusiva, democrática, pautada em uma educação para todos.

Este trabalho consiste em um estudo bibliográfico, documental e um Estudo de Campo. Bibliográfico devido ao uso de fontes secundárias, LDB livros, artigos, monografias, teses e dissertações já publicadas, e documental devido ao uso de fontes primárias, como o uso de leis para melhor fundamentar toda a pesquisa, devido a mesma ter a necessidade de evidenciar e contextualizar a educação inclusiva no processo de educação para todos, de campo por aplicar questionários e entrevistas, afim de obter a opinião dos participantes no estudo. Fez-se se uso de tais ferramentas no intuito de construir um trabalho que evidencie de fato a realidade da Educação Inclusiva, essa que surge como uma necessidade emergente.

2. A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – BREVE RELATO

A vontade mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008)

Ao perceber os problemas enfrentados nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, seja com a criação de estratégias ou políticas públicas de inclusão, a educação inclusiva assume o espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A educação especial ou inclusiva se instituiu tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Esse preparo, fundamentado no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (BRASIL, 2008).

Analisando historicamente, o caminho percorrido na busca pela efetivação da inclusão no nosso país, constata-se que tem início nas décadas de cinquenta e sessenta as primeiras ações relacionadas à inclusão, inicialmente com as Campanhas, direcionadas a grupos específicos de deficientes.

As Instituições privadas eram, antes desse período, responsáveis, quase totalmente, pela assistência a esse público. Com a criação no Ministério da Educação e Cultura o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), tem-se o marco inicial da educação inclusiva pelo governo brasileiro, na rede pública do ensino.

No que diz respeito à criação de leis e a organizações para discussão acerca da inclusão, registra-se principalmente a partir da década de oitenta, como marco inicial a nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 e intensificado, sobretudo nas últimas décadas.

O Brasil, hoje, conta com um amplo arsenal de leis que garantem a pessoa com necessidades especiais, partindo principalmente pela Constituição Federal, carta magna do país, Lei de Introdução ao Código Civil, a Lei de Acessibilidade (Lei nº. 10.098/2000), o Decreto nº. 3.956 (2001), Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/01; e diversas outras leis e decretos que subsidiam essa parcela da população (ALMEIDA, 2013).

De acordo com Brasil (2008, p. 14): a Política Nacional de Educação Inclusiva tem como objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação inclusiva organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial,

resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão pedagógica.

A ampliação de estudos no campo da educação e a defesa dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações e as práticas pedagógicas e de gestão, promovendo a reestruturação do ensino regular e especial. Em 1994, com a Declaração de Salamanca se estabelece como princípio que as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência, das que vivem nas ruas ou que trabalham, das superdotadas, em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais.

Assim o conceito de necessidades educacionais especiais, passa a ser amplamente disseminado, a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças. No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos. O que é lei e direito, na prática não tem sido executado garantindo e assegurando alunos com necessidades e formas de inclusão.

Nessa perspectiva a educação inclusiva, e a educação especial passam a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008).

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do

sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Segundo Brasil (2008, p.18 - 19):

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. O próprio sistema educacional tem exigido dos docentes uma formação continuada no que se refere a educação especial ou inclusiva.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO NECESSIDADE EMERGENTE – E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Atualmente, a busca por uma sociedade mais justa e democrática tem sido um grande desafio. Nesse contexto, a escola representa como uma aliada nessa construção, à medida que se pode transformar num espaço de reconhecimento e valorização das diferenças humanas, dessa forma surge através da LDB nº 9394/96 no seu capítulo V a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais, assim surge à necessidade de capacitar os professores, principalmente os professores da rede de ensino pública, pela responsabilidade que têm em relação ao trabalho desenvolvido com a maioria das crianças e adolescentes em idade escolar. Essa capacitação teria que abordar as diversas formas de convívio e atendimento de alunos especiais com necessidades de aprendizagem especial e capacidade adaptativa. Entretanto, o que se vê na prática é que a maioria dos professores não tem essa devida capacitação, às vezes não é nem especialista em sua área. E isso cada vez mais, contribui para a problemática de se trabalhar a Educação Inclusiva.

Segundo Noronha e Pinto (2013, p. 3) Educação Inclusiva:

É um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A Educação Inclusiva vem para substituir a escola tradicional, na qual todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma. Quem não se enquadrasse, estava fora dos padrões considerados aceitáveis e era encaminhado para a classe especial, para a escola especial ou, simplesmente, acabava desistindo de estudar.

Dessa forma, surge à necessidade emergente de cada vez mais as escolas a

engajem para essa nova etapa, desenvolvendo um projeto político que envolva todos os alunos, inclusive os que necessitam da inclusão. Apesar de que, os docentes não têm preparo de como desenvolver projetos ou ações para trabalhar a Educação Inclusiva, sendo que, com a ausência desse preparo, muitas das vezes tem ocasionados situações danosas para os alunos com necessidades especiais, o bullying é uma evidência da falta desse preparo, entretanto o sistema tem procurado desenvolver novas metodologias de ensino e inclusão.

Segundo Zanini (2007, p. 12):

O sistema educacional brasileiro tem procurado juntamente com os alunos trabalhar para o melhor desenvolvimento de suas habilidades. Por meio das pesquisas realizadas, os professores puderam constatar que é mais interessante saber quem irão ensinar do que o que ensinar. Com o avanço das tecnologias e das metodologias, hoje antes de encaminhar os alunos com N.E.E para a escola, o caso é estudado por alguns profissionais de dentro da própria escola e assim conforme o que estes verificarem procura-se fazer jus ao que se diz na L.D.B em seu capítulo V ofereça-se atendimento especializado de preferência em escolas de rede regular de ensino, seja ela pública ou privada. Para os alunos especiais, são aplicados os conteúdos normais, que se aplica na educação básica, porém com algumas modificações institucionalizadas. São elas: Alfabetização de cegos e surdos, feita em ambiente adequado e exclusivo; Oficinas pedagógicas, como modalidades de atendimento para aquele não podem prosseguir os estudos com as “pessoas ditas normais”.

Para que esses alunos interajam com os demais é preciso que haja além de muita compreensão, ações interativas entre os professores, a instituição e os próprios colegas de classe. Entretanto, para que essas ações ocorram de modo efetivo, é necessário que os interesses e objetivos sejam de comum acordo a todos e que os portadores de necessidades educativas especiais estejam inseridos dentro da programação da escola, como uma rotina. Mesmo sabendo que existe a Política Nacional de Educação Inclusiva, no próprio sistema educacional existe entraves para a execução na prática da política, de acordo com Brasil (1994, p.31) como “preconceitos em relação ao aluno especial; falta de infraestrutura; professores despreparados para trabalhar com alunos especiais; falta de material e equipamento pedagógico”.

Diante desse contexto, entra o professor que não deveria ser somente um mero transmissor de conhecimento. Ele detém um papel social, ainda na formação

dos futuros cidadãos e dependendo de onde esteja atuando, a situação exige uma responsabilidade não somente com relação aos conteúdos, mas também de orientação familiar, função essa que muitas vezes ele não foi e nem está preparados. Surge então nesse momento, a importância do professor especialista em Educação Inclusiva para trabalhar com alunos especiais, usando as suas diversas habilidades adquiridas.

Levando em conta os professores que trabalham com alunos com N.E.E, são oferecidos cursos de aprimoramento ou formação continuada, porém além dos problemas rotineiros, esses aperfeiçoamentos oferecidos constantemente não alcançam os resultados almejados. Pois na prática isso parece ser um problema irreversível, de acordo com Zanini (2007, p.14):

É de extrema urgência que haja uma reformulação no processo da educação especial. Mas, pelo atual quadro que estamos presenciando parece irreversível esta situação, podemos comprovar isso pela consciência política de quem a comanda, pela sua filosofia e dinâmica por estas pessoas apresentadas. Em contrapartida, estão surgindo algumas leis em defesa desses alunos e profissionais com o intuito de fazer uma educação diferenciada, onde todos tenham acesso digno, sem que haja segregação.

Entretanto, não basta apenas criar leis que determine a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientam o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de forma geral, a educação escolar como um todo.

O sistema educacional tem como principal desafio ultrapassar a ideia de que basta abrir as portas da escola para que a integração, inclusão aconteça sem que antes se encontre alternativas reais para o desenvolvimento das potencialidades do aluno. Assim o professor representa figura central para que ocorram as devidas mudanças e que as ações de exclusão sejam minimizadas.

Para Oliveira e Ribeiro (2013, p.7):

Cada vez mais vem se firmando a necessidade de incorporar nos programas de formação de professores conteúdos para aquisição de conhecimentos, competências e atitudes que permitam aos professores em formação compreender as complexas situações de ensino; enfatizando-se especialmente estimular atitudes de abertura, reflexão, tolerância, aceitação e proteção das diferenças individuais e grupais.

Os profissionais precisam desenvolver a capacidade de ampliar as experiências de aprendizagem a serem oferecidas assim como de refletir sobre a própria prática com vistas à produção de “novos” saberes e à aquisição e aperfeiçoamento das duas competências. A atuação do professor no processo da educação inclusiva estrutura-se sobre três pilares básicos: p planejamento, o processo social de aprendizagem e a flexibilização das ações pedagógicas.

Conforme Cerqueira (2008, p. 58):

Para tornar possível a inclusão, a formação do professor precisa estar alicerçada no estabelecimento de parcerias entre os implicados no processo educativo – dentro e fora da escola – e na criação e compreensão de enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento. O trabalho do professor consiste no acompanhamento dos alunos no desenvolvimento de suas potencialidades plenas, e para isto são necessárias novas abordagens educacionais na sua prática pedagógica. Uma dessas abordagens compreende a utilização dos recursos da informática numa perspectiva interacionista, que possibilite uma maior aproximação dos alunos deficientes aos demais e à realidade que os rodeia.

Para Falcão (2011), o lidar com a pessoa com deficiência em sala de aula é um desses desafios que costuma gerar temor, frustração e abandono. Ao que parece, esse medo dos professores está ligado à ausência do conhecimento necessário para lidar com o imprevisível e o risco de errar, são muitas limitações que se somam no cotidiano da sala de aula e que podem gerar resistência e rejeição em relação à inclusão, sejam quais for os alunos especiais.

Embora a formação docente nem sempre esteja habilitando o professor para lidar com a realidade de tantas diferenças, para Mittler (2003, p. 181), “o que lhes falta, muitas vezes, é a confiança em sua própria habilidade”. O autor não nega a importância de formação específica em cada área do Atendimento Educacional Especializado porque muitas perguntas permanecem sem respostas, as

oportunidades disponíveis atualmente para o desenvolvimento profissional do educador constituem um marco principal e diferencial para todos os professores o que repercute na relação com os educandos. Destaca o autor que “nenhuma escola é uma ilha e nenhuma escola pode ter sucesso sem desenvolver redes de parcerias com a sua comunidade local” (p. 237).

Diante destas afirmativas, é preciso que a formação docente apresente uma visão integral do modelo inclusivo que habilite professores, ouvintes e surdos, a conviverem em sala de aula tanto com alunos ouvintes como surdos. Uma sociedade para todos inclusivos e igualitários não sobrevive da fragmentação, segregação nem da marginalização do seu povo porque na historicidade e na culturalidade se manifesta a totalidade. Ou seja, a inclusão exige uma ruptura com o modelo tradicional de se trabalhar segregadamente o território, o currículo e o aluno. É necessária uma atitude transformadora que amalgame e coloque em destaque o aluno como sujeito do processo, percebendo-se que mesmo não possuindo deficiência aparente, cada um tem seus limites, necessidades e potencialidades a serem reconhecidas, trabalhadas e habilitadas, quando possível, superadas, assim será possível trabalhar com a Educação Inclusiva, sem excluir os alunos (FALCÃO, 2011).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Tipo de pesquisa

Para a realização de todo trabalho científico é conveniente analisar quais os métodos científicos são adequados para a execução do mesmo. Esta pesquisa utilizará o método indutivo, processo pelo qual o pesquisador por meio de um levantamento particular, chegará a determinadas conclusões gerais, ou seja, partirá do específico para o geral.

Quanto aos objetivos de estudo, este trabalho usou a pesquisa exploratória e descritiva, onde o pesquisador necessita de embasamento teórico para analisar e discutir a questão da Política Nacional de Educação Inclusiva, como também para iniciar a coleta de dados.

Quanto à tipologia da pesquisa, a mesma foi rotulada como bibliográfica, documental, de campo e um estudo de caso. Bibliográfica, pois utilizará fontes secundárias para contextualizar toda a pesquisa, documental, pois se baseia em documentos primários, originais; de campo pela observação dos fatos como ocorrem na realidade e este são coletados através de formulários e entrevistas; e estudo de caso, por analisar um caso particular, neste os dados serão coletados e registrados, também fará uso de ferramentas auxiliares tais como a internet, em sites: Ministério da Educação e outros relevantes.

Dentre os procedimentos metodológicos, será utilizado também à pesquisa de campo, que segundo o ponto de vista de Prestes (2008, p.27), pesquisa de campo “é aquela em que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados, investigando os pesquisados no seu meio”. Sendo feita a pesquisa de campo, será analisado o estudo de caso, caracterizado como “um estudo aprofundado e exaustivo de um caso específico, que seja relevante pelo potencial de abrangência, de forma a permitir, um amplo e detalhado conhecimento do caso” (FIALHO, SOUSA & OTANI, 2007, p.42).

Quanto à natureza, a presente pesquisa abordará a pesquisa quantitativa e qualitativa. Quantitativa pelo uso da estatística e qualitativa pelo estudo que será

relacionado a fenômenos de grupos ou sociedades, razão pelo qual o investigador deve atuar onde se desenvolve o objeto de estudo.

4.2 Participantes do estudo

Para selecionar os participantes dessa pesquisa, foi feito um levantamento junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Jerônimo Neto de Paulista – PB devido na referida escola não existir professores que são especializados em Educação Inclusiva bem como por existir outras necessidades. Assim, fizeram partes do estudo 16 professores, uma amostra de 100 % dos docentes, sem ou com especialização em Educação Inclusiva, para que a própria pesquisa pudesse comparar a percepção dos docentes devido as diferenças na formação. Para realizar a pesquisa foi esclarecido aos pesquisados que os dados seriam apenas para fins de estudo, dessa forma aceitaram a participar do estudo (Ver Apêndice B).

4.3 Local e período

A Escola escolhida para a realização da pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Jerônimo Neto de Paulista – PB. O espaço físico da escola é formado por onze (11) salas de aulas, uma sala destinada as atividades de audiovisuais, uma diretoria, uma secretaria, uma cantina, uma cozinha, uma biblioteca, um laboratório de computação, um almoxarifado, 7 banheiros; sendo 3 masculinos e 3 femininos e um na cozinha e uma quadra de esportes.

Para a realização da pesquisa, o pesquisador foi até a referida escola algumas vezes conversou com os professores, com a direção, com alguns alunos, entregou o questionário aos docentes e teve que ir até algumas residências buscar as informações necessárias ao estudo. A pesquisa foi realizada no município de Paulista – PB. Sendo que a aplicação dos questionários foi realizada nos meses de Fevereiro a Maio.

4. 4 Método de coleta dos dados

A coleta de dados é a pesquisa propriamente dita; consiste no processo de levantamento dos dados necessários à resolução do(s) problema(s) apontado(s) na pesquisa bem como chegar a atingir os objetivos propostos, além da validação das hipóteses.

Em geral, os instrumentos de coleta de dados podem ser de três tipos: questionários, entrevista, observação e análise de conteúdo (documental). Quanto a, elas podem ser abertas, semiabertas ou mistas. As questões abertas são aquelas onde apenas se enuncia a pergunta, sem qualquer direcionamento de resposta. As questões semiabertas ou mistas são aquelas que, geralmente, parte de uma questão fechada e solicitam um complemento por parte do pesquisado.

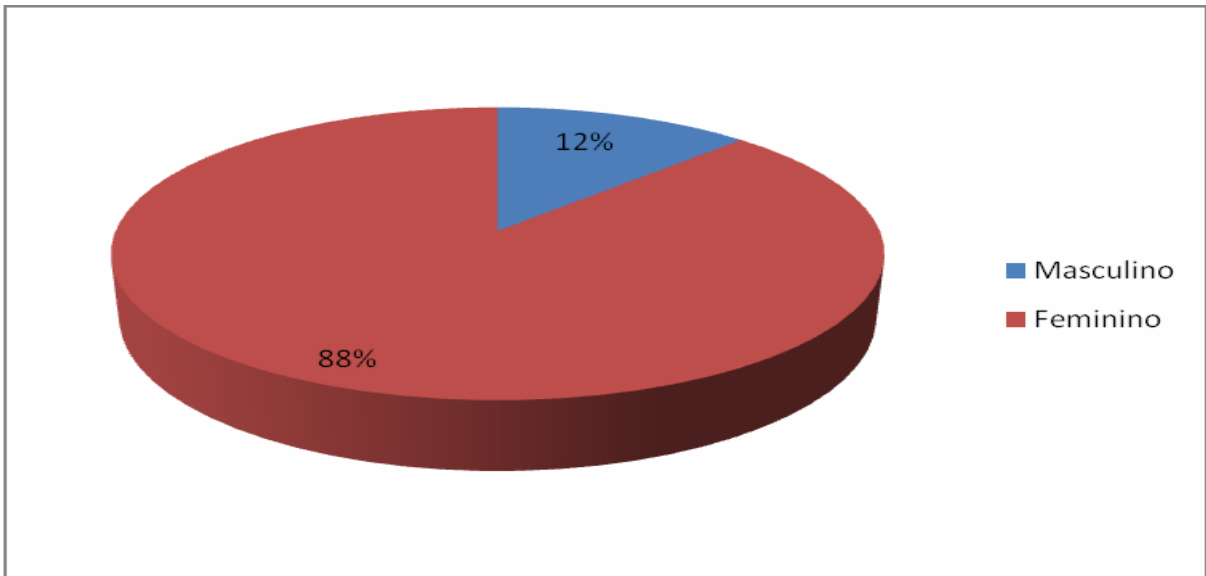
O método escolhido para a coleta dos dados dessa pesquisa foi por meio de um questionário contendo 12 questões com perguntas objetivas e subjetivas (Ver apêndice A) foi estruturado por tópicos afim de melhor quantificar os resultados da pesquisa, bem como agilizar o processo do questionamento ao pesquisado. Uma das vantagens de questionários estruturados é que a existência de opções de respostas torna a pergunta mais clara ao pesquisado.

4.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.5 1 Identificação dos entrevistados

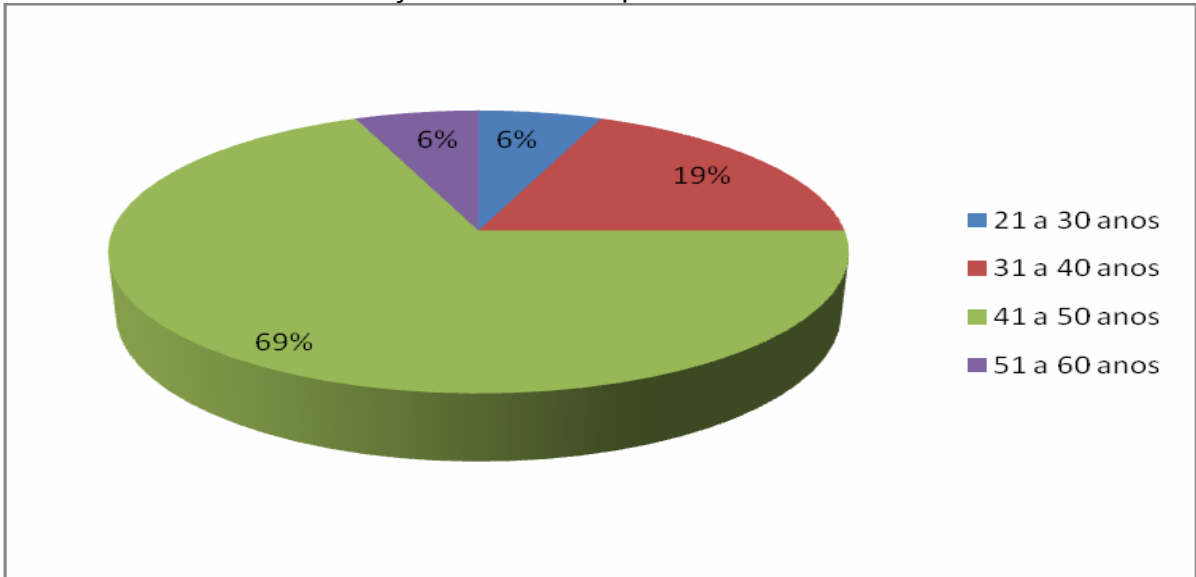
Através da Gráfico 01, percebe-se que a maioria (88%) dos entrevistados que responderam ao questionário foi do sexo feminino, correspondendo a um total de 14 professores. Nota-se uma grande diferença em relação ao sexo masculino, onde apenas dois homens fazem parte da amostra em análise resultando em um percentual de 12%.

GRÁFICO 01 – Sexo dos entrevistados



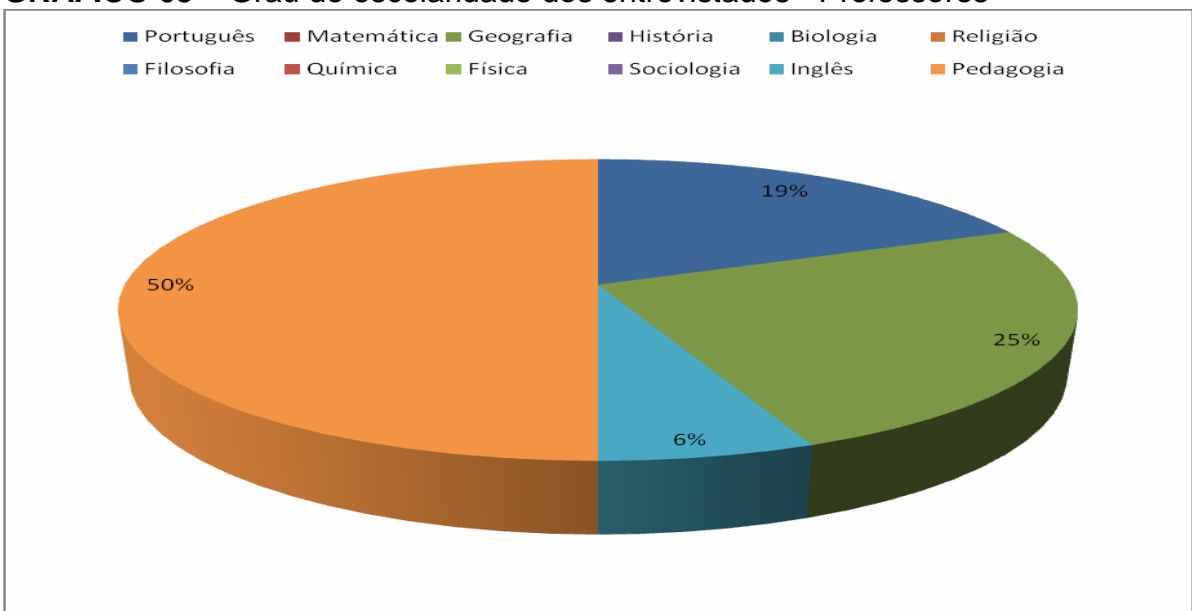
Fonte: Pesquisa empírica realizada nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

Já no que se diz respeito à caracterização da amostra por faixa etária, o resultado foi bem dinâmico, entretanto entre a faixa etária de 20 a 30 e 31 a 40 e 50 a 60 como demonstra o Gráfico 02. A porcentagem foi de 6% para o intervalo de 20 à 30 anos, de 6% no intervalo de 30 à 40, 19% entre o intervalo de 40 à 50 anos e 69% para o intervalo de 50 a 60 anos.

GRÁFICO 02 – Caracterização da amostra por faixa etária de idade

Fonte: Pesquisa empírica realizada nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

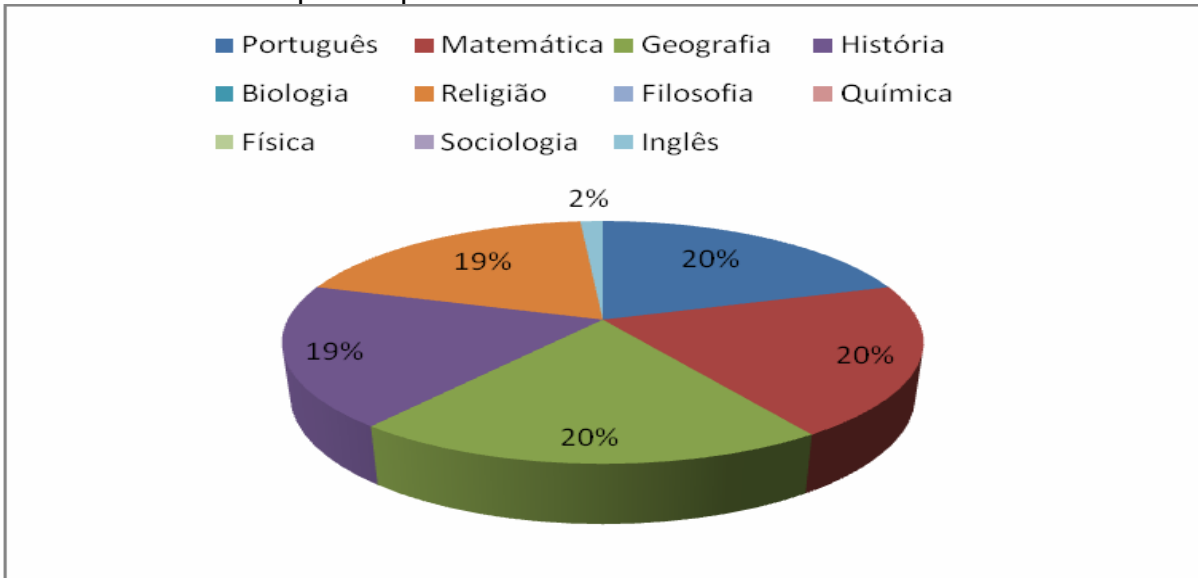
Quanto ao grau de escolaridade dos professores entrevistados, o Gráfico 03 mostra a porcentagem 50% (7) dos professores entrevistados possuem formação em pedagogia, 19% (3) em Português, 25% (4) geografia e 6% (1) em inglês

GRÁFICO 03 – Grau de escolaridade dos entrevistados - Professores

Fonte: Pesquisa empírica realizada nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

Quando foi questionado aos entrevistados, a cerca das disciplinas que lecionam, foi constatado que 20% (15) lecionam português, 20% (15) matemática, 20% (15) geografia, 20% (15) e 2% (1) inglês como mostra o Gráfico 04.

GRÁFICO 04 – Disciplinas que lecionam os entrevistados – Professores



Fonte: Pesquisa empírica realizada nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

Ao analisar o questionário respondido pelos professores entrevistados, no que se refere ao questionamento a cerca de que os mesmo possuem pós-graduação, percebe-se que grande parte possui, porém em áreas afins, e as vezes em outras áreas, conforme mostra a Tabela 01.

TABELA 01 – Nível de Pós – Graduação dos entrevistados - Professores

PROFESSOR	FORMAÇÃO	DISCIPLIENA QUE LECIONA	POSSUI PÓS GRADUAÇÃO	STATUS	QUAL PÓS-GRADUAÇÃO
A	Inglês	Inglês	Sim	Concluída	Esp. Língua, Linguística e Literatura
B	Português	Português, Matemática e	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia

Geografia					
C	Português	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia
D	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia Institucional
E	Português	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia Institucional
F	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia
G	Geografia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Supervisão Educativa
H	Geografia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Supervisão Educativa
I	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia
J	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia

Religião					
K	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia Institucional
L	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia Institucional
M	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia
N	Geografia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Supervisão Educativa
O	Geografia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Supervisão Educativa
P	Pedagogia	Português, Matemática, Geografia, História e Religião	Sim	Concluída	Esp. Psicopedagogia Institucional

Fonte: Pesquisa empírica realizada nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

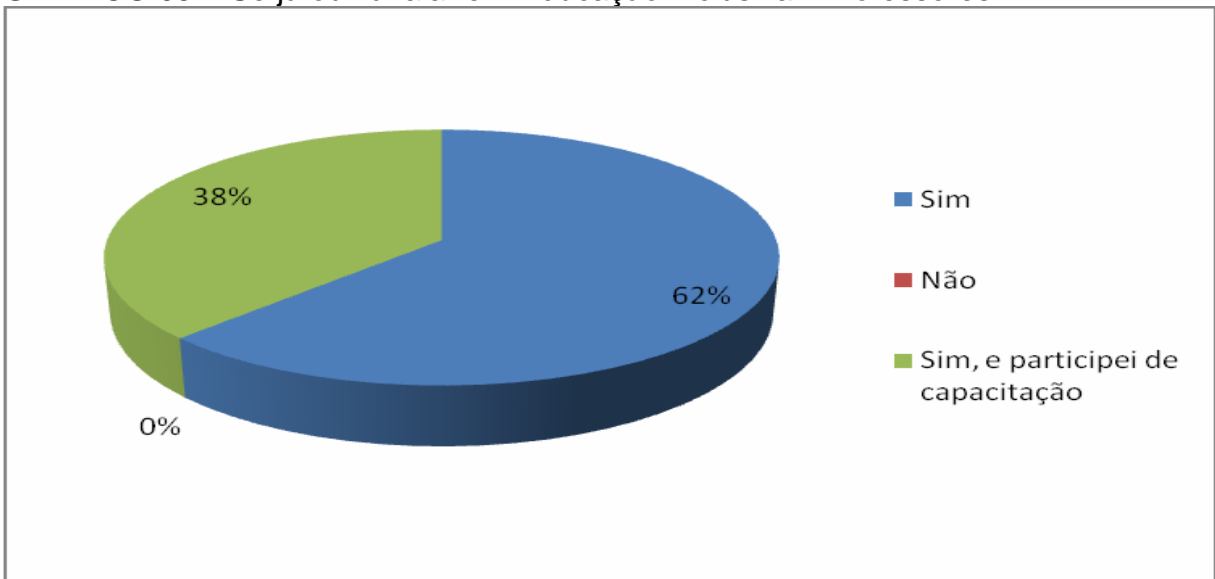
Como mostra os dados da Tabela 01, todos os professores possuem Pós-graduação, porém, nenhum possui especialização em Educação Inclusiva, isso evidencia a grande necessidade de cursos, e capacitações por parte do Estado e/ou do Município. A Tabela 01 revela ainda que existem casos em que o professor tem uma formação em uma determinada área e atua em outra, o que pode atrofiar o

processo de aprendizagem dos discentes.

Os professores já possuem conhecimento necessário e habilidades suficientes para realizarem tal tarefa. “O que lhes falta, muitas vezes, é a confiança em sua própria habilidade”. (MITTER, 2003, p. 181). No entanto, o autor não nega a importância de formação, pelo contrário, acredita que “Ainda que muitas perguntas permaneçam sem respostas, as oportunidades disponíveis atualmente para o desenvolvimento profissional constituem um marco principal para todos os professores e, portanto, para todas as crianças” (MITTER, 2003, p.237).

Foi questionado aos envolvidos na pesquisa, se já tinham ouvido falar em Educação Inclusiva, os resultados foram surpreendentes, onde 62 % (10) afirmaram já ter ouvido falar sobre Educação Inclusiva, 38% (6) declaram ter conhecimento e ainda terem participado de capacitações, conforme o Gráfico 05.

GRÁFICO 05 – Se já ouviu falar em Educação Inclusiva - Professores



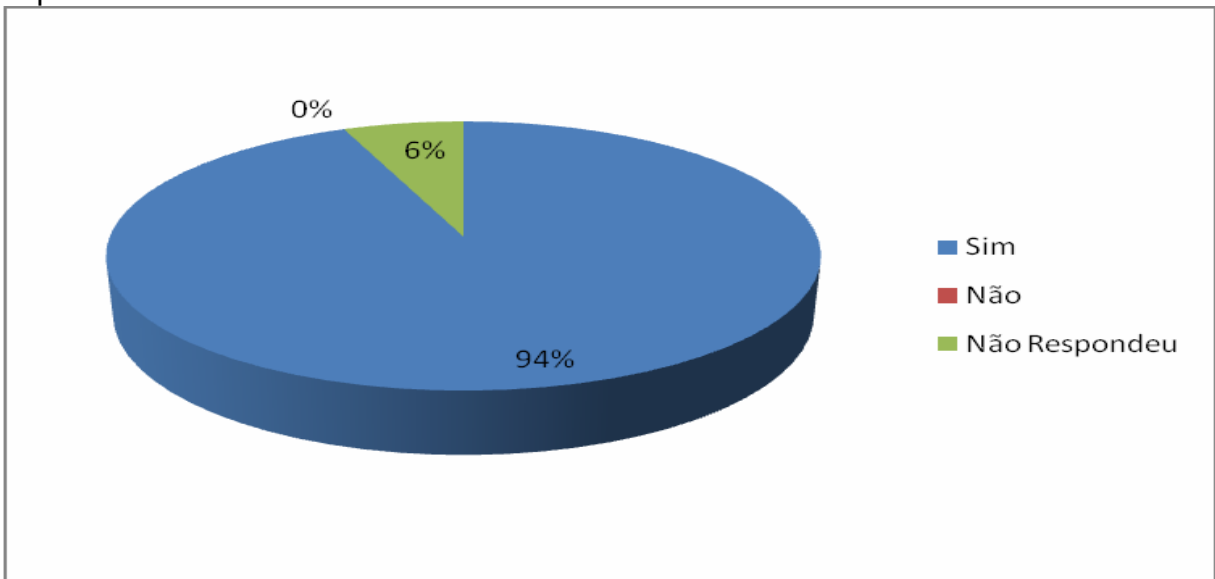
Fonte: Pesquisa empírica realizada nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

Como mostra o Gráfico 05, apenas 38% (6) dos entrevistados tem conhecimento sobre a Educação Inclusiva e já participaram de cursos de capacitações, sendo que para DUTRA (2009) o professor tem que se atualizar sempre para não perder espaço no mercado de trabalho, pois se observa que as mudanças correm de modo rápido na sociedade. Desse modo, entende-se que o professor deve capacitar para servir como mediador, transformando os conteúdo

sem recursos didáticos.

No tópico seguinte, foi questionado aos entrevistados, se já tinham trabalhado com alunos que necessitam do processo de que a Educação Inclusiva promove. Assim, foi quantificado que 94% (15) dos entrevistados afirmam já terem trabalhado com alunos que necessitam da EI, conforme mostra o Gráfico 06.

GRÁFICO 06 - Se já trabalharam ou não com alunos com necessidades de ensino especial - Professores



Fonte: Pesquisa empírica realizada nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

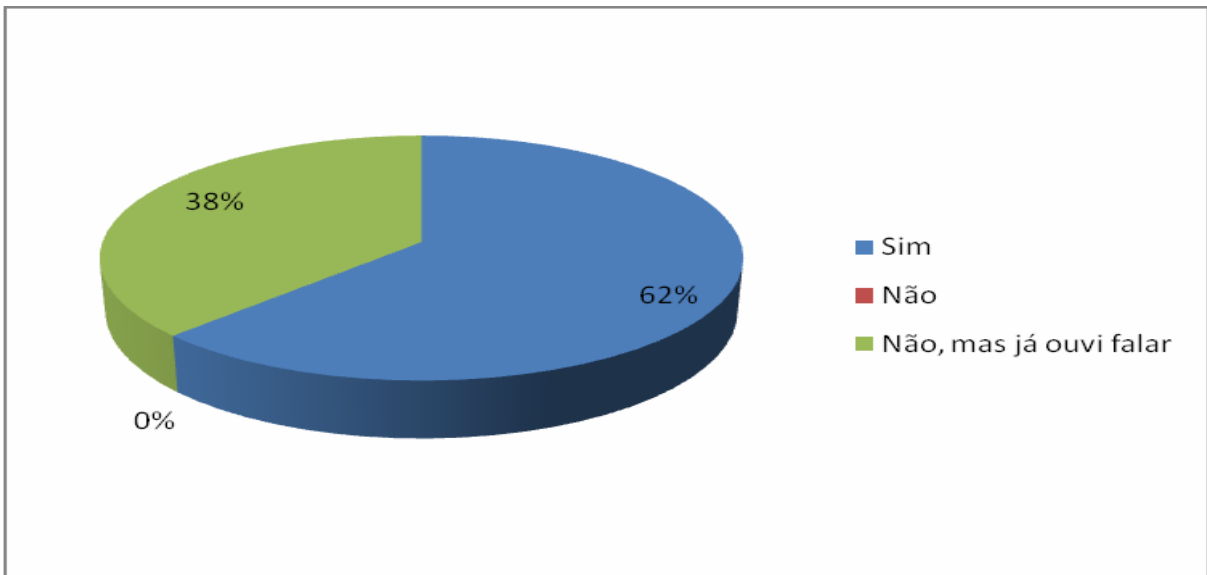
Segundo Rodrigues (2008), um dos aspectos que dificulta o processo de implementação da educação inclusiva é a estrutura e funcionamento da escola, que não são apropriadas para atender a todos os alunos de acordo com suas especificidades. Outro aspecto tem relação com a postura dos professores, já que os mesmos reclamam que não se sentem preparados para ensinar os alunos com necessidades especiais (NEE), pois não tiveram conteúdos específicos da educação especial em sua formação inicial. Para combater essa ideia de que é necessário um tipo de formação e conteúdo específico para ensinar alunos com NEE.

Segundo Glat e Blanco (2007, p.17), a partir dos anos 90 com a educação inclusiva, os papéis se inverteram, pois as escolas, a equipe pedagógica é que devem se adequar para atender as necessidades de todos os alunos, propiciando a ocorrência de “um processo de reestruturação de todos os aspectos constituídos da

escola”.

Conforme os autores citados, é preciso que a Escola e os professores busque cada dia mais a se adequar as exigência do sistema educacional, assim foi questionado aos docentes se conhece a Política de Educação Inclusiva, como mostra o Gráfico 07, onde 62% (10) afirmam ter ciência da Política de Educação Inclusiva, 38% (6) declararam não terem conhecimento sobre a Política de Educação Inclusiva, mais que já ouviram falar.

GRÁFICO 07 - Se têm conhecimento sobre a Política de Educação Inclusiva – Professores



Fonte: Pesquisa empírica realiza nos meses de Fevereiro a Maio de 2014

Ao analisar os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, percebe-se que os mesmos ofertam como temas transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e trabalho e consumo. Percebe-se que, no que se refere a Educação Inclusiva, essa não faz parte dos conteúdos a serem trabalhados como temas transversais, o que deveria ser implantado não só nos PCNS, mas sim, como uma disciplina, pois só assim seria executada na prática, a Política de Educação Inclusiva.

Dessa forma, foi questionado aos entrevistados, se a Educação Inclusiva deveria ser uma proposta dos Parâmetros Curriculares nacionais, ou como uma disciplina no currículo escolar, para que de fato fosse executada. E foi comprovado

que 100% (16) advertem que deveria fazer parte dos PCNS, e afirmam que deveria ser uma disciplina no currículo escolar, ao invés de ser uma proposta como tema transversal nos PCNS.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) para que alunos com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles: “a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores; o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários; as adaptações curriculares e de acesso ao currículo”. Assim, o interessante seria de fato, a Educação Inclusiva tornar-se uma disciplina no currículo escolar.

Seguindo essa linha de pensamento, foi questionado aos entrevistados de como deveria ser trabalhado a Educação Inclusiva dentro do currículo escolar e 100% (16) afirmam que EI, deve ser trabalhada primeiramente capacitando os docentes para que fique qualificados a atenderem todas as necessidades dos alunos especiais.

De acordo com Batista (2006) a escola (especial e comum) ao desenvolver o atendimento educacional especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. Assim, ele pode trazer para os atendimentos os conteúdos advindos da sua própria experiência, segundo seus desejos, necessidades e capacidades.

Conforme a visão do autor, a Escola deve promover os diversos meios, métodos e metodologias para que os alunos especiais sejam ofertados com uma aprendizagem, e inclusão bem como a desenvolver suas competências e capacidades. Na prática sabe-se que existem diversos desafios trabalhar com a Educação Inclusiva, como: a falta de preparo dos docentes, a escola, o próprio currículo escolar, dentre outros relevantes. Nessa perspectiva, 100%(16) dos entrevistados, afirmaram de forma unânime que existe de fato, enes desafios para se trabalhar a Educação Inclusiva.

Para Sampaio & Sampaio (2009) uma consequência positiva da inclusão é a oportunidade criada pela interação entre a criança com e sem deficiência, para que sejam trabalhadas não só questões relativas a diferenças, direitos e deveres, mas também o incentivo ao trabalho em grupo. Elas descreveram etapas da convivência entre as crianças, que se inicia com certo estranhamento e apelidos pejorativos, mas que costuma evoluir para uma aceitação da deficiência, passando a se comportarem como “auxiliares” da professora no cuidado ao colega “especial”.

Assim, foi questionado aos professores que contribuições trariam a Educação Inclusiva, se fosse de fato trabalhada e executada com políticas públicas nas escolas, resultou que 100% (16) dos entrevistados ressaltaram que a prática da EI, traria grandes benefícios para a escola como a educação para todos e igualitária, e principalmente para os alunos especiais, através do processo de inclusão, interação, bem como uma melhor maneira do professor trabalhar em sala, e assim teríamos um sistema educacional inovador e democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivos avaliar a percepção dos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Jerônimo Neto de Paulista– PB, sobre a Educação inclusiva, foi realizado um levantamento sobre a visão dos docentes em relação a temática, através de um questionário. A partir da revisão de literatura, foi possível refletir sobre o que é Educação Inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial, bem como a formação do professor em relação à necessidade emergente em se trabalhar com alunos especiais.

Evidentemente que a proposta de inclusão envolve a sociedade como um todo e precisa de condições objetivas para que seja colocada em prática, entre elas, a valorização da educação e, conseqüentemente, o reconhecimento da importância do trabalho do professor, mediante formação adequada, reestruturação da carreira docente e melhores salários. Entretanto, consoante com os objetivos deste estudo, buscamos ressaltar os componentes subjetivos da prática docente, o que não significa dissociá-los das condições sócio-históricas que a envolvem.

Quanto aos resultados da pesquisa, a mesma revelou vários pontos relevantes a educação. Uma vez que na referida escola, existem professores que lecionam em áreas afins a sua formação, professores que não tem conhecimento sobre a Educação Inclusiva, dificuldades em trabalhar com a Educação Inclusiva, a necessidade de cursos de capacitações na área e também foi possível diagnosticar de como seria viável na prática a Educação Inclusiva, proporcionando uma inclusão social, democracia, educação igualitária. Foi possível também através da pesquisa, contribuições com a ideia inovadora de atribuir a Educação Inclusiva como disciplina no currículo escolar, porém para que isso seja possível na prática, é necessária uma boa formação dos professores para que estejam habilitados a legitimar qualquer demanda de aluno.

Portanto, faz-se necessário uma atuação profissional e políticas públicas que privilegiem a efetivação dos direitos previstos nas legislações. Acredita-se que as reflexões realizadas possibilitaram considerar as atuais políticas inclusivas como incipientes, sendo indispensáveis mais discussões no campo das políticas públicas e dos direitos humanos. Só assim seriam possíveis melhorias no suporte para a atuação do professor frente ao contexto da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maysa Almeida e. **Uma cultura inclusiva e a efetivação da lei**. Pombal: 2013, 12 p.

Batista, Cristina Abranches Mota **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. –Brasília: MEC, SEESP, 2006.68 p.: il.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.62 p.

BRASIL (MEC) - Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial no Brasil**. Série: Institucional 2, 1994.

CERQUEIRA, M. B. **Trabalhos acadêmicos sobre educação inclusiva no Brasil**.Dissertação de Mestrado. São Paulo. (2008) Disponível em: <<http://www.saomarcostatuaape.com.br/portal2/pos/mestrado/docs/dissertacoes/2008/dissertacao10.pdf>>Acesso em: 10 Fev, de. 2014.

DUTRA, Cláudia Pereira. A inclusão que ensina. **Nova escola**. São Paulo: n.24, p. 10- 15, jul.2008.

FALCÃO, L. A. B. **Surdez, cognição visual e libras**: estabelecendo novos diálogos.2 ed. rev. e ampl. Recife: Ed. do Autor. 2011.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; SOUZA, Antonio Carlos; OTANI, Nilo, **TCC Métodos Técnicas**. Florianópolis. Visual Books, 2007

GLAT, R.; BLANCO, L de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: _____(org). **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p.15-35.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér .**O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino.** Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2003 a, Ministério Público Federal.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemos. **Educação Especial e Educação Inclusiva: aproximações e convergências.** Minas Gerais: 2013 9 p. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%84NCIAS.pdf. Acesso em: 01 Fev. de 2014.

OLIVEIRA, Tyara de Carvalho; RIBEIRO, Amélia Escoto do Amaral. **A formação de professores, no contexto da sociedade/escola inclusiva.** Rio de Janeiro: 2013, 9 p. Disponível em: <http://www.uninove.br/PublishingImages/Mestrados%20e%20Doutorados/edu/l%20seminario/MFP%201.pdf>. Acesso em: 05. Fev, de 2014.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** 3 ed.,1. Reimp. – São Paulo: Rêspel, 2008. 260 p.

RODRIGUES, D. Desenvolver a Educação Inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. **Revista da Educação Especial**, Brasília, v.4, nº2, p.7-16, julho/outubro 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=872&id=12814&option=com_content&view=article>. Acesso em: 05 Fev. de 2014.

SAMPAIO, Cristiane T; SAMPAIO ,Sônia Maria R. **Educação inclusiva : o professor mediando para a vida.** Salvador : EDUFBA, 2009. 162 p.
ZANINI, Fernanda. **Educação Inclusiva e o papel do professor especialista.** Monografia (Curso de Pedagogia) Faculdades de Ciências UNESP, Campus de Bauru, Bauru 2007. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Fernanda%20%20Final.pdf>. Acesso em: 05, Fev. de 2014.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATU SENSU)
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PARADIGMA DA SOCIEDADE COMO UMA
NECESSIDADE EMERGENTE – A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA
MUNICIPAL JOSÉ JERÔNIMO NETO DE PAULISTA - PB

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

OBJETIVO: A pesquisa tem por objetivo investigar a percepção geral dos professores e sua relação, bem como decorre o processo de inclusão de alunos, tal como, as atitudes e práticas educativas dos docentes além de contribuir para possíveis estudos.

1 – PERFIL DO ENTREVISTADO

Nesse primeiro bloco vamos conhecer os dados de identificação dos participantes da pesquisa.

1.1 Sexo: Masculino Feminino

1.2 Idade: 20 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos 51 a 60

1.3: Formação

<input type="checkbox"/> 1 Português	<input type="checkbox"/> 4. História	<input type="checkbox"/> 7. Filosofia	<input type="checkbox"/> 10. Sociologia
<input type="checkbox"/> 2. Matemática	<input type="checkbox"/> 5. Biologia	<input type="checkbox"/> 8. Química	<input type="checkbox"/> 11. Inglês
<input type="checkbox"/> 3. Geografia	<input type="checkbox"/> 6. Religião	<input type="checkbox"/> 9. Física	<input type="checkbox"/> 12. Pedagogia

1.4: Disciplina que lecionas?

<input type="checkbox"/> 1 Português	<input type="checkbox"/> 4. História	<input type="checkbox"/> 7. Filosofia	<input type="checkbox"/> 10. Sociologia
<input type="checkbox"/> 2. Matemática	<input type="checkbox"/> 5. Biologia	<input type="checkbox"/> 8. Química	<input type="checkbox"/> 11. Inglês
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2 – QUESTÕES ESPECÍFICAS

1.5 Possui pós – graduação, se sim qual ?

1.6 Já ouviu falar em Educação Inclusiva?

 1. Sim

 2. Não

 3. Sim, e já participei de capacitações

1.7 Já trabalhou com alunos que necessitam do processo de que a Educação Inclusiva promove?

 1. Sim

 2. Não

1.8 Têm conhecimento da Política de Educação Inclusiva?

 1. Sim

 2. Não

 3. Não, mais já ouvi falar

1.9 Em sua opinião, a Educação Inclusiva deveria ser uma das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ou ser uma disciplina no currículo escolar?

 1. Sim, deveria fazer partes das propostas de ensino do PCNS

 2. Não, deveria ser uma disciplina no currículo escolar

 3. Não, não vejo a necessidade de tornar-se uma disciplina no currículo

2.0 Em sua opinião de que forma deveria ser trabalhada a Educação Inclusiva?

2.1 Existe algum desafio para se trabalhar a Educação Inclusiva?

 1. Sim

 2. Não

2.2 Em sua opinião se a Educação Inclusiva, fosse trabalhada, contribuiria de que forma?

ANEXO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATU SENSU)
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ALUNO PESQUISADOR: KALIANE DE FARIAS MONTEIRO

PROFESSOR ORIENTADOR: DJANE FÁTIMA OLIVEIRA

PATOS, ____ / ____ / ____

Prezado (a) Professor (a),

Necessitamos de sua colaboração e sinceridade no preenchimento deste questionário, cuja finalidade é obter subsídios que proporcionem condições de desenvolvermos nossos objetivos da pesquisa intitulada: **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PARADIGMA DA SOCIEDADE COMO UMA NECESSIDADE EMERGENTE – A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JERÔNIMO NETO DE PAULISTA - PB**

Agradecemos.

PROFESSOR

